

Dos jornais e revistas

OS TRABALHOS DO SERVIÇO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

NA SUA EDIÇÃO de 23 de agosto último publicou o *Diário de Notícias* interessante reportagem sobre as atividades do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Logo de início afirmou:

“A necessidade de conservação do nosso patrimônio histórico e artístico sugeriu, há alguns anos, ao governo federal a criação de um departamento especial, incumbido de evitar, que preciosos monumentos, em todo o país, fossem mutilados na sua estrutura e no seu conjunto arquitetônico ou mesmo desaparecessem sob a ação do tempo.

Pela carência de recursos ou falta de iniciativa particular, edifícios notáveis, estreitamente relacionados com a história da nossa formação política, artística e religiosa, estavam na iminência de desabamento ou se encontravam em estado de lamentável abandono.

Para atender a esse problema criou o governo o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que, entregue à direção do escritor Rodrigo M. F. de Andrade, com a colaboração de um corpo de funcionários especializados — entre os quais engenheiros, arquitetos, pintores, críticos de arte — vem desenvolvendo eficientes atividades no desempenho da missão que lhe foi atribuída, procurando atender, dentro dos recursos de que dispõe, às necessidades mais urgentes da conservação das nossas obras de arte e dos monumentos de significação histórica e sociológica”.

Sobre a graciosa igreja do outeiro da Glória, adianta o *Diário de Notícias* que foi ela restaurada nas suas linhas tradicionais. “Alem dessa igreja, também a do Mosteiro de S. Bento mereceu as atenções daquele Departamento do Ministério da Educação”.

E o *Diário de Notícias* informa ainda:

“Os tempos e edifícios históricos do norte não tem sido postos à margem. Muitas obras de restauração estão em curso e outras projetadas, nas seguintes cidades: Baía — Antigo Palácio do Arcebispado, na Cidade do Salvador; igreja de S. Lourenço, em Itaparica; igreja da Ordem Terceira do Carmo, matriz e igreja do seminário, em Cachoeira; Sergipe — igreja jesuítica de Gerú; Paraíba — Convento de São Francisco e igreja de N. S. da Guia;

Pernambuco — Convento do Carmo, em Olinda, e capela de Jaqueira, no Recife”.

PERSPECTIVAS PARA O NIQUEL DE GOIAZ

A *Manhã* de 15 de agosto último publicou uma nota sobre as perspectivas para o níquel de Goiaz, da qual consta esta informação:

“O valor das jazidas de São José do Tocantins é maior ainda porque aí os minérios apresentam um teor metálico de 21 %, jamais encontrada em qualquer outra parte do mundo. Uma companhia nacional de mineração, desassombadamente, tomou a iniciativa de concretizar a exploração do níquel goiano. Entrou em contacto com a American Smelting & Refining Co., que enviou ao Brasil dois dos seus mais competentes técnicos, com o fim de analisar as possibilidades da exploração do níquel nacional. O entusiástico relatório apresentado por estes técnicos impressionou os dirigentes da companhia norte-americana, que decidiu inverter 5 milhões de dólares (100 mil contos em moeda nacional) para criar as instalações mineiras e industriais, alem de construir estradas e linhas de transmissão para a energia hidro-elétrica.

As condições que cercam o emprego deste enorme capital são as mais satisfatórias, uma vez que o mesmo será fornecido sob garantia de debêntures emitidas pela companhia brasileira, fixando-se a taxa de juros em 5 %, estando previsto um prazo de 10 anos para o pagamento total do empréstimo.

Esta iniciativa já teve acolhida favorável no Conselho Federal de Comércio Exterior, que recomendou, mssmo, ao Sr. Presidente da República, a aprovação do referido projeto.

Este acontecimento não pode deixar de merecer de nossa parte os mais irrestritos aplausos, ainda mais quando antevemos a vitória de uma iniciativa pela qual inúmeras vezes, modesta e despretensiosamente, temos nos batido”.

A EXECUÇÃO DA POLÍTICA SOCIAL

O *Jornal do Comércio* de 4 de agosto publicou na “Gazetilha” algumas informações oportunas sobre o patrimônio e disponibilidades das nossas instituições de previdência, reportando-se ao que

sobre o mesmo assunto publicou a *Revista do Conselho Nacional do Trabalho* no seu número de junho último.

Eis as cifras sobre o ativo e as disponibilidades das referidas instituições em 1940 e 1941, respectivamente:

ATIVO DAS INSTITUIÇÕES DE PREVIDÊNCIA

Em 31 de dezembro de 1940

Imoveis	121.343:275\$5
Títulos de renda	853.264:897\$0
Carteira de Empréstimos	100.084:758\$5
Carteiras Prediais	173.273:168\$6
Outras inversões	22.972:187\$4
Créditos diversos	424.310:799\$4
Empregadores	90.112:512\$9
Disponibilidades	606.878:188\$4
Total	2.392.239:787\$7

Conforme o quadro supra faz ressaltar, esses dados se referem ao penúltimo ano. A sua atualização, de modo a abranger 1941, no mínimo, viria patentear o ritmo do crescimento dos recursos das instituições de previdência social. Basta dizer que, somente no triênio de 1939 a 1941, atingiu a 432.393:727\$6 o total dos benefícios concedidos. Por sua vez, os recursos em bancos, em títulos de renda, em bonus, ações e obrigações se expressavam, no ano passado, nos algarismos infra:

DISPONIBILIDADE DAS INSTITUIÇÕES DE PREVIDÊNCIA

Em 1941

Títulos públicos	1.044.013:748\$1
Numerário em bancos	613.319:051\$6
Bonus	143.688:284\$4
Ações	10.723:038\$0
Obrigações	101:000\$0
Total	1.811.845:122\$1

E o *Jornal do Comércio* faz a propósito o seguinte comentário:

“Nenhum setor da política traçada pelo Presidente Vargas ao país, desde 1930, suscita mais a atenção curiosa dos sociólogos e dos analistas da vida administrativa brasileira do que o plano de proteção ao homem nacional. A semelhante respeito a legislação brasileira se acha em condições de permitir um paralelo com o que de mais lisonjeiro apresentem os outros povos, inclusive o próprio programa do reajustamento social e econômi-

co com que o Presidente Roosevelt retifica os quadros da vida americana”.

A ALIMENTAÇÃO NOS COLÉGIOS DO RIO DE JANEIRO

O Dr. Carlos Sá fez uma comunicação à Sociedade Brasileira de Higiene sobre a alimentação nos colégios desta capital, onde há 38 desses estabelecimentos com internato e semi-internato.

Informa o Dr. Sá que a Comissão de Alimentação do Departamento Nacional de Educação, do qual foi chefe até abril deste ano, inspecionava os colégios cariocas por intermédio dos seguintes técnicos: Drs. Jacinto Cardoso Machado, Ruy Coutinho, B. Masson Jacques, Vicente Galo, M. Paes de Oliveira, Jurandy Starling, Milton Costa Pinto e D. Dagmar Leite.

Essa inspeção alongava-se ainda por inspetores de ensino secundário e comercial e alguns sanitaristas a mais 330 colégios em todos os Estados brasileiros.

Nos internatos e semi-internatos do Rio foram assistidas pelos inspetores, em 1941, 467 grandes refeições (almoço e jantar). Nelas houve 36 em que não apareceram verduras folhosas, presentes em mais de 92%. Em 22, faltaram frutas, que apareceram assim em mais de 95% das refeições e apenas em menos de 5% foram substituídas por doce, na sobremesa.

Em 11 refeições faltou carne, mas 17 vezes seguiram-se pratos de peixe, figado ou galinha, esta 2 vezes.

O feijão, quase sempre preto, mas às vezes mulatinho e mais raramente manteiga, esteve presente em mais de 96%.

As verduras folhosas servidas foram principalmente ervilha, vagem, alface, cenoura, repolho, tomate, bortalha, xuxú, quiabo e agrião, este sobretudo nos colégios da zona norte. Em menor escala, apareceram chicória, couve, espinafre; e, lá uma vez ou outra, salsa, nabo, nabica, couve-flor, rabanete e almeirão. Nos vegetais feculentos, frequentes foram a batata inglesa e a abóbora e raros o aipim e a batata doce.

Frutas frequentíssimas foram banana e laranja, mas anotaram-se ainda tangerina, mamão, abacate, jaboticaba, abacaxi, cajá-manga e caquí.

Os que teem feito inquérito sobre a alimentação nos colégios do Rio constatarem sempre os seus defeitos, sobretudo de qualidade.

O Dr. Ruy Coutinho entre outros, refere-se em 1937, às “pequenas quantidades de leite e vegetais folhosos”, alimentos protetores por excelência.

Essa era a situação até quando começou a funcionar, em fins de 1938, a Comissão de Alimentação. Mas, já agora, as condições melhoraram bastante, pois as refeições sem verdura não chegam a 8%.

Quanto ao leite, o Dr. Sá lembrou que, em estudo anterior, verificara em 40% dos colégios do Rio o seu consumo, de acordo com as instruções oficiais (500 c.c. para os internos e 250 c.c. para os semi-internos).

Ao terminar sua comunicação, o Dr. Sá disse poder afirmar que, graças ao esforço dos técnicos da Comissão de Alimentação, melhorara bastante em 1941 o regime

alimentar nos internatos e semi-internatos cariocas, o qual estava, aliás, acontecendo em numerosos colégios disseminados pelo país, graças à feliz iniciativa do Dr. Abgar Renault, diretor do Departamento Nacional de Educação.

(Jornal do Comércio de 9-8-42).

CARVÃO NACIONAL

Sobre o carvão nacional publicou "A Manhã" esta nota:

"Em 46 anos de regime republicano, de 1865 a 1940, 51 leis foram promulgadas, no Brasil, com o objetivo de desenvolver a mineração e o consumo do carvão nacional. A primeira lei, n. 275, data de 4 de julho de 1895, e facultava isenção de direitos de importação sobre máquinas destinadas à extração e beneficiamento do nosso carvão e a última, no período que consideramos, o decreto-lei n. 2.667, de 3 de outubro de 1940, deve ser, doravante, estudada como a carta magna do carvão nacional e encerra tudo o que de bom antes se pensava, do ponto de vista legislativo, sobre a hulha brasileira, conforme salientou em trabalho recente o engenheiro Glycon de Paiva Teixeira, ex-diretor da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Nos 46 anos de legislação sobre o carvão nacional, todos os critérios foram adotados: ora se cometiam às repartições especializadas os estudos relacionados com a mineração do carvão, seu transporte e queima (22 leis), ora se reduziam as tarifas para o nosso carvão (6 leis), concediam-se isenções de direitos de importação, impostos ou taxas sobre maquinária destinada à extração, ao transporte ou beneficiamento e queima do carvão nacional (11 leis) ou empréstimos diretos aos mineiros de carvão, ora se criavam institutos especialmente dedicados à solução do problema ou dava-se garantia de praça no mercado carvoeiro nacional, taxava-se o carvão estrangeiro, fixava-se o preço de venda do carvão nacional, ou permitia-se a inversão de capital estrangeiro em mineração de carvão nacional.

De 1909 a 1915 — pondera o técnico que citamos — o legislador dificultou e praticamente impediu que as companhias nacionais e estrangeiras de navegação consumissem carvão nacional, uma vez que isentou de direitos de importação, taxas de expediente ou de conservação do porto, a hulha estrangeira: era claramente impossível que

o artigo nacional pudesse competir no âmbito do consumidor mais provável. Durante sete exercícios quase seguidos as leis mantiveram este critério, prejudicando a eclosão da indústria do carvão nacional.

Foi a primeira guerra européia que obrigou o nosso governo a mudar de orientação, criando-se, finalmente, a indústria carbonífera nacional: a lei n. 3.089, de 8 de janeiro de 1916, reduz as tarifas para o carvão nacional e leis seguintes já taxam o carvão importado e, finalmente, em 30 de março de 1918, a lei n. 12.943 "institue favores em proveito da indústria de extração e beneficiamento de carvão mineral"; tais medidas são coroadas, em 1921, com a criação da Estação Experimental de Minérios e Combustíveis no Ministério da Agricultura — e que é, hoje, o Instituto Nacional de Tecnologia do Ministério do Trabalho.

Das providências tomadas, as mais eficazes tem sido a redução de tarifas e a garantia de praça no mercado nacional de combustíveis sólidos".

A CAMPANHA DO REFLORESTAMENTO

Nunca é demais assinalar a necessidade do florestamento e reflorestamento de certas zonas do país, nas quais a árvore está se tornando cada vez mais escassa.

A agricultura (e é preciso não esquecer que sempre fomos considerados um país essencialmente agrícola), é uma constante devastadora das matas, de modo que já agora vão rareando as nossas florestas "virgens do passo humano e do machado", de que falava Bilac no seu soneto famoso. O nosso comércio de madeiras, as fábricas de moveis, celulose e papel e outras atividades múltiplas, vão ajudando o processo de devastação, de que a agricultura é o fator principal. Em face de tal situação, cumpre cuidar do amparo às nossas árvores, plantando-as e replantando-as, para que não nos faltem, pois são cada vez mais elementos essenciais à nossa economia, à nossa vida. Por felicidade, essa é agora uma convicção generalizada, e os governos estão empenhados em uma séria campanha em favor do nosso patrimônio vegetal. Em S. Paulo, por exemplo, o Sr. Fernando Costa e o seu secretário da Agricultura, Sr. Lima Correia, iniciaram a grande ofensiva pro-florestamento e reflorestamento das zonas produtivas do Estado, para a qual estão contando com os aplausos e o apoio da imprensa e das classes conservadoras.

O programa em execução é da maior amplitude, abrangendo o problema em todas as suas faces. Os resultados já se fazem sentir, e assim é que, em 1941, foram distribuídas 5.176.800 mudas de eucaliptos e 383.271 mudas de outras essências florestais.

Este ano foram distribuídas 2.255.666 mudas de eucaliptos e 133.534 de outras essências. Com relação a sementes, foram distribuídas, em 1941, 842.000 quilos de eucaliptos e 760.000 quilos de outras essências.

Este ano, foi distribuído mais de 1 milhão de quilos de eucaliptos e quase um milhão de quilos de outras essências.

E' de notar que o Estado vende a semente de eucaliptos a 50\$0 o quilo, ao passo que esse produto é vendido no mercado a cerca de 150\$0.

Em outros Estados há promissores movimentos iguais ao que se assinala em São Paulo".

(De *A Manhã*, de 15-8-42.

FABRICAÇÃO DE AVIÕES E HIDRO-AVIÕES NO PAÍS

O primeiro tópico da edição do *Correio da Manhã* de 22 de agosto foi sobre a Fábrica Nacional de Aviões e Hidro-Aviões de Lagoa Santa, em Minas Gerais. Assim esse matutino considera o referido empreendimento:

"A Fábrica Nacional de Aviões e Hidro-Aviões, da qual tanto se tem falado, não é mais um vago projeto. E' agora uma realização grandiosa. Os passageiros dos aviões que se dirigem de Belem para o Rio tem oportunidade de ver, ao lado de um belo aeródromo, os edificios novos da usina de Lagoa Santa, cuja brancura brilha ao sol. Um grande passo vem de ser dado no sentido da autonomia industrial bélica do Brasil, é a criação da Fábrica Nacional de Motores, na Raiz da Serra, completará o arsenal aeronáutico do nosso país, que fornecerá dentro em pouco aos nossos pilotos aparelhos construídos com materiais e mão de obra nacionais, para vigilância e defesa das nossas imensas costas ameaçadas".

QUÍMICA AGRÍCOLA

Tratando da química a serviço da agricultura, publica *A Manhã*, na sua edição de 19 de agosto

último, uma nota oportuna sobre as realizações do Instituto de Química Agrícola, que merece leitura atenta:

"A agricultura no Brasil, durante muitos anos, foi praticada sob as inspirações da rotina e do empirismo.

Não se suspeitava que devesse ser orientada pelos princípios da ciência.

Daí o pequeno rendimento das culturas e o atraso em que viveram sempre as populações rurais.

A criação do Ministério da Agricultura no governo Nilo Peçanha abriu novas perspectivas e rasgou novos horizontes. O arado foi aos poucos substituindo a enxada, a agronomia passou a ser estudada e para ela acorreram moços ávidos de saber, institutos de pesquisa científica foram criados e postos a serviço da produção agrícola, tudo isso modernizando os nossos processos de trabalho e dando outro sentido às nossas atividades agro-pecuárias. Entre os mais úteis e necessários serviços surgidos com a renovação, há um que merece destacada referência — é o Instituto de Química Agrícola. O seu papel é relevante, mormente no exame dos solos para determinação exata de suas propriedades e das possibilidades que oferecem para tais ou quais gêneros de cultura. A falta de análise prévia do solo muitas vezes determina verdadeiros fracassos pela tentativa de culturas para que não é ele apropriado.

O nosso Instituto de Química Agrícola é assim um auxiliar e um guia de primeira ordem, e os seus serviços são cada vez mais necessários.

Foi agora publicado o relatório de suas atividades no ano que findou, e dele se verifica que realizou trabalhos os mais proveitosos.

Assim é que na parte técnica, sobressaem os estudos que vem realizando sobre solos brasileiros em várias regiões do país; os ensaios vegetativos, segundo Mitscherlich e Wiesmann; os estudos de adubação de bananais, laranjais, tomateiros e batatinhas da Baixada Fluminense; sobre o mate, plantas medicinais e entorpecentes; investigações sobre métodos de análises de adubos e inseticidas; pareceres técnicos sobre litígios surgidos na Alfândega do Rio de Janeiro; análises diversas feitas para institutos governamentais e particulares, etc.

Estudou ainda, em cooperação com a Divisão de Águas do Ministério da Agricultura, os solos do vale do Rio São Francisco, estudo de cujos resultados práticos há amostras no campo de Joazeiro.

Em cooperação com os técnicos do governo de Minas Gerais, estudou também os solos do Triângulo Mineiro".